



A tentativa de controle do corpo das mulheres na modernidade inglesa: as relações entre o romantismo e o falacioso diagnóstico da histeria feminina

Felipe Salvador Weissheimer¹

Resumo: O presente artigo busca problematizar algumas relações entre a bio-política (ou seja, a tentativa moderna e ocidental de disciplinarização dos corpos) o romantismo literário (como um movimento metapolítico que desenvolveu discursos sobre as formas possíveis de vivência em sociedade) e o discurso médico sobre a “histeria feminina”. Para tanto, buscamos, a partir de variadas referências, compor uma genealogia histórica sobre a temática, destacando os pontos de intersecção que possibilitaram a emergência do referido diagnóstico.

Palavras-chave: Bio-política; Romantismo; Histeria.

The attempt to control women's bodies in the English modernity: the relationship between romanticism and the fallacious diagnosis of female hysteria

Abstract: This article seeks to discuss some relationships between the bio-politics (ie, the modern Western attempt to disciplining of bodies) the literary romanticism (as a metapolitical movement that developed discourses on the possible ways of living in society) and the medical discourse about the "female hysteria". To this end, we seek from various references, compose a historical genealogy on the theme, highlighting the points of intersection that enabled the emergence of the said diagnosis.

Key-works: Bio-politics; Romanticism; Hysteria.

Artigo recebido em 22/10/2014 e aceito em 28/10/2014.

A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA HISTERIA FEMININA

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

1. Introdução: sobre a bio-política.

O período vitoriano foi marcado por profundas ambivalências morais, diversidades culturais e conflitos dos mais variados níveis, sejam eles entre as classes sociais (aristocracia, burguesia, operários), ou disputas internas no seio das classes por grupos distintos. As ambivalências morais influenciaram vários aspectos da vida dos ingleses, inclusive suas produções literárias.

Constatamos, por exemplo, a existência de interdições legais, tais como as promulgadas pela Lei de Publicações Obscenas de 1857, que regulavam as publicações de cunho erótico e sexual. Todavia, conflitos entre os produtores da “literatura lasciva” e os “guardiões” da castidade (que combatiam as ditas “publicações obscenas”) se deram, sobretudo, no seio da classe burguesa, mesmo não sendo um conflito exclusivamente burguês.

Assim, além das variadas percepções e possibilidades existentes para se caracterizar a burguesia, os exemplos e os relatos das experiências amorosas e sexuais dos burgueses da era vitoriana não seriam suficientes para se descrever um modelo seguro que representasse historicamente o amor e o sexo burguês. Não obstante, as relações entre os burgueses, sobretudo no que se referiu a moral, foi marcada por variados conflitos, e é justamente a partir da constatação da existência desses conflitos que buscamos analisar e definir certas uniformidades nas relações entre eles.

Houve, de fato, características peculiares que definem os modos de vida dos burgueses vitorianos. Segundo Peter Gay, “os burgueses, antigos ou novos, os *grands bourgeois* ou os *petits bourgeois*, procuravam viver decentemente, educar seus filhos, decorar suas casas e deixar posses a seus herdeiros”^{II}. Sobretudo no que se referiu aos preceitos de amor e sexo, percebemos que a preocupação com a decência, a moralidade dos costumes e, principalmente, a inibição das “perversões sexuais”, foram características que se fizeram presentes nas relações sociais da burguesia vitoriana.

Havia uma implicação recíproca entre a moralidade e os discursos médicos no período. Ou seja, boa parte das práticas sexuais moralmente inaceitáveis, por serem consideradas indecentes aos padrões da sociedade vitoriana, foi tomada como objetos de análise da ciência psiquiátrica, ao longo do século XIX. Segundo Foucault, na “psiquiatrização das perversões” (ou seja, quando a psiquiatria centrou suas análises sobre as condutas sexuais moralmente inaceitáveis), o “fetichismo” tornou-se a perversão modelo, pelo menos a partir de 1877. Segundo o autor, o fetichismo “serviu de fio condutor à análise de todos os outros desvios, pois nele se lia claramente a fixação do instinto em um objeto à maneira da aderência histórica e da inadequação biológica”^{III}.

O fetiche foi, por excelência, a classificação moral das práticas sexuais que destoavam da conduta heterossexual-monogâmica-falocêntrica-reprodutivista. Portanto, qualquer manifestação homossexual, extramatrimonial, ou em que a atividade sexual não fosse executada por um homem dominando ativamente uma mulher, poderia ser considerada como fetiche. Desta forma, qualquer sujeito que se desinibisse da moralidade vigente; se envolvesse em fantasias sexuais; exercesse seu erotismo de forma a envolver os demais com sensualidade; que explorasse as zonas erógenas do corpo; ou usufruísse prazeres sexuais fisiológicos não ligados, diretamente, aos órgãos

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

reprodutivos masculinos e femininos, simultaneamente; estava sujeito a ser considerado perverso “doente” de uma doença, sobretudo, moral^{IV}.

O discurso médico-psiquiátrico, com seu valor de “verdade” sobre a natureza dos indivíduos, emigrou para a pedagogia, criando sujeitos a partir dos seus ditames científicos-morais. Assim, foram preconizadas práticas de higiene física e mental, na intenção de criar indivíduos “saudáveis”, livres das “perversões” e das “patologias sexuais”. Desta forma, os discursos médicos-psiquiátricos, difundidos pelas políticas do Estado, tiveram o poder não apenas de debelar as moléstias físicas, como as doenças sexualmente transmissíveis, a partir dos programas de higiene. Mas, também, tiveram o poder de condicionar, psicologicamente, os indivíduos, criando sujeitos de uma “saúde” na qual os limitava aos ditames de uma moralidade que exercia sobre eles um poder inibidor dos seus instintos e sua subjetividade.

Portanto, a dicotomia “saúde” e “doença”, que fundamentou e justificou as ações e os discursos médicos-psiquiátricos, são passíveis de questionamento. Não havia muitas evidências empíricas, além das observações *in loco*, que serviam como um ancoradouro confiável, capaz de superar a subjetividade que era inerente às interpretações médicas-psiquiátricas. Assim, a moralidade do período teve um papel fundamental nestes discursos, sobretudo no século XIX, pois foi um subterfúgio que forneceu elementos nos quais pautavam a “qualidade do saudável”, a partir daquilo que era considerado moralmente aceito, no convívio social.

A “saúde”, promovida por políticas de higienização da população, tornou-se cada vez mais um objeto desejado pelos sujeitos, uma vez que era tida como “a melhor qualidade” – a “saudável” – que um sujeito poderia ter, para o seu “bem viver” e a sua “felicidade”. Com a interpelação da moral, sobretudo no discurso médico-psiquiátrico, a saúde, como objeto privilegiado, promovido e dominado pelo discurso médico, teve o efeito de, além de criar condutas e comportamentos “saudáveis”, criar identificações nas quais os sujeitos personificavam os ditames das políticas de higienização, promovendo uma imagem pessoal que se contrapunha às qualidades depreciadas, ligadas à “doença”. Portanto, a imagem pública do “saudável” tornou-se cada vez mais uma qualidade valorizada, pois tinha um valor existencial, ligado à longevidade e a civilidade.

A “população” como um conjunto homogêneo e mensurável através de dados estatísticos surgiu como uma novidade nas técnicas de poder no século XVIII que possibilitou o estabelecimento dos discursos e projetos modernizadores. E o que agravou as relações de controle sobre os indivíduos, sobretudo no que se refere à intensificação da governabilidade, foi o surgimento da “população” como problema econômico e político.

Neste sentido, Renata Barbosa destacou que foi “a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo”^V.

Esta bio-política, ou seja, esta tentativa moderna e ocidental de disciplinarização dos corpos e, conseqüentemente, regulação e controle da população, segundo Foucault, “foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”^{VI}. Entretanto, conforme destacou o autor, o capitalismo exigiu mais do que isso: foi-lhe

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

necessário o crescimento tanto do reforço quanto da utilizabilidade e docilidade dos corpos, além de métodos de poder capazes de majorar suas forças produtivas, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar.

Completo ainda que se o desenvolvimento dos aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção capitalista, os discursos científicos que sustentavam as técnicas de poder bio-políticas de disciplinarização dos corpos e regulação da população, inventados no século XVIII, como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizados por instituições bem diversas (família, exército, escola, polícia, medicina, administração coletiva), agiram no nível dos processos econômicos, e operaram como fatores de segregação e de hierarquização social, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia. Assim, ajustamento gradativo dos homens à lógica do capital, além da articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição desigual do lucro, foram, em parte, segundo Foucault, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder: a forma moderna e ocidental de investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e gestão distributiva das suas forças^{VII}.

Em torno da gestão da vida dos indivíduos, a preocupação com a perpetuação da espécie e a descendência foram elementos que impulsionaram, em boa parte, as políticas ligadas à saúde coletiva. A atividade sexual deveria ser disciplinada a tal ponto que garantisse, a partir da sua prática, o desenvolvimento e a evolução da espécie humana. Neste ínterim, percebemos a interlocução de variados campos, aparentemente distintos, mas que se fundiram nas políticas de saúde e que se materializaram nas políticas da eugenia (gestão política de “melhoramento genético” da “raça humana”).

As políticas de gestão da vida, exercidas por variados agentes sociais (professores, médicos, oficiais) centrou boa parte das políticas de higienização sobre as crianças e as mulheres. Nas políticas eugênicas de melhoramento, controle e regulação das populações, houve a imbricação da disciplinarização dos corpos com um “mendelismo”^{VIII} social, que ditaram boa parte das políticas relacionadas a atividade sexual, no intuito de garantir o desenvolvimento da “boa prole” humana. Neste sentido, segundo Foucault, sobre as mulheres passou-se a exercer uma medicalização meticulosa de seus corpos, do seu “sexo”, “em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade”^{IX}. Daí a importância social atribuída, por exemplo, à chamada “medicina da mulher” (ginecologia e a obstetrícia).

Sobre a natureza feminina, sobretudo até o final do século XIX, o “sexo” foi definido como algo que pertencia aos homens por excelência e, portanto, fazia falta às mulheres. Pela ausência da pulsão ejaculatório-espermática nas mulheres, acreditava-se que seu prazer sexual, se não fosse inexistente, era incompleto. Conforme destacou Ana Paula Vosne Martins, este paradoxo da sexualidade feminina deve-se ao fato de que os médicos tomaram como modelo a sexualidade masculina genitalizada, no qual associaram o desejo e o prazer sexual das mulheres à experiência masculina da ereção e da ejaculação. Como as mulheres não apresentavam nenhum destes fenômenos físicos chegou-se à conclusão de que o papel passivo das mulheres no exercício sexual era da natureza da sexualidade feminina^X.

Desta forma, a natureza do sexo feminino funcionava, segundo o discurso médico, inteiramente à reprodução. Ao estudar o corpo das mulheres, destacou Martins,

A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA HISTERIA FEMININA

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

os médicos criaram um paradoxo que marcou a produção científica do conhecimento sobre a sexualidade feminina até o século XX. Embora definissem a mulher pela sexualidade, muitos médicos defendiam a tese de que era normal às mulheres a ausência de desejo e a incapacidade de alcançar o prazer sexual. Neste sentido, a “mulher normal” seria, portanto, “anestesiada” para o exercício de sua sexualidade, estando canalizada para a reprodução. Neste sentido, a autora completou:

Lombroso divulgou estas idéias ao dizer que “o amor feminino não é mais do que um aspecto secundário da maternidade e todos os sentimentos de afeto que ligam a mulher ao homem não nascem do impulso sexual, mas são instintos de sujeição e de devoção adquiridos por adaptação” (Lombroso & Ferrero, 1923: 92). Numa linguagem pastoral, Stall (1907), autor de vários livros de orientação sexual que alcançaram vendas superiores a um milhão de cópias nos Estados Unidos e na Europa, explica que a indiferença ou a aversão das esposas às demandas sexuais dos maridos era um sinal da sabedoria divina que não dotou a mulher da mesma paixão sexual que os homens, pois, se assim o fosse, estes seriam esgotados em seu poder reprodutivo, colocando em risco a continuidade da raça^{XI}.

Pela “ausência” ou “incompletude” do prazer sexual feminino, a psiquiatria do século XIX desenvolveu discursos sobre aquilo que “faltava” as mulheres, classificando a “histeria” como uma doença natural da essência feminina. Os discursos sobre a chamada “histeria feminina” existem desde a antiguidade grega. No entanto, ela se popularizou entre os vitorianos, sendo o quadro-diagnóstico para inúmeros sintomas (que variavam desde uma simples dor de cabeça até a paralisia física). Houve, conforme destacou Foucault (1988) uma “histerização do corpo feminino”, uma imagem hipersexualizada dos comportamentos das mulheres. Para Martins, esta formulação sobre a “histerização do corpo feminino” é bastante adequada para se pensar os meios pelos quais a sexualidade feminina tornou-se um problema e o corpo das mulheres um objeto que requeria a intervenção e observação constante dos médicos^{XII}.

De forma semelhante, um dos dogmas da medicina dos séculos XVIII e XIX sobre a sexualidade infantil foi a ideia de um “sexo” nas crianças que estaria presente (em razão da anatomia) e ausente (do ponto de vista da fisiologia): presente caso se considerasse sua atividade e ausente se nos referirmos à sua finalidade reprodutora. Por ter as crianças esta “natureza peculiar”, no qual o “sexo” era presente e ausente, considerava-se que os efeitos das manifestações precoces da sexualidade infantil, tais como a masturbação, apareceriam, futuramente, como uma gravidade patológica: no adulto, se a manifestação sexual “infantil” (masturbação) ainda estivesse presente, ou se ela fosse praticada pelo infante ainda em tenra idade, tenderia a “anular o sexo” do adulto, causando infertilidade, impotência, frigidez, incapacidade de sentir prazer, a anestesia dos sentidos, dentre outros^{XIII}.

A teoria psicanalítica freudiana é um exemplo de como foi vinculado um caráter perverso à sexualidade infantil. Segundo Freud afirmou na publicação de *Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna* (1908), era natural a manifestação do instinto sexual nas crianças. A “fase do autoerotismo”, segundo Freud, era o período em que as crianças manifestavam diversas formas de autoestímulo nas zonas erógenas do corpo. Contudo, sugeriu que esta prática fosse inibida, para garantir o “bom desenvolvimento” da sexualidade da criança:

A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA HISTERIA FEMININA

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

Chamamos essa fase de auto-erotismo, e a nosso ver a educação da criança tem como tarefa restringi-lo, pois a permanência nele tornaria o instinto sexual incontrolável, inutilizando-o, posteriormente. O desenvolvimento do instinto sexual passa, então, do auto-erotismo ao amor objetual, e da autonomia das zonas erógenas à subordinação destas à primazia dos genitais, postos a serviço da reprodução^{XIV}.

Assim, afirmou Freud, durante o desenvolvimento da sexualidade infantil sob interferência da “educação sexual”, uma parte da excitação fornecida pelo próprio corpo (pulsão sexual) “inibe-se por ser inútil à função reprodutora, sendo sublimada nos casos favoráveis. Assim, grande parte das forças suscetíveis de utilização em atividades culturais são obtidas pela supressão dos chamados elementos pervertidos da excitação sexual”^{XV}. Ou seja, Freud considerou que, dentre outros fatores, a inibição do autoerotismo infantil foi o que possibilitou o desenvolvimento cultural da humanidade. Portanto, a “natureza perversa das crianças” era um elemento nocivo à civilização, que deveria ser inibido.

No que se refere à sexualidade de um modo geral, a ciência médica esteve subordinada aos imperativos de uma moral restritiva e fantasiosa. Conforme destacou Maisa Maganha Tuckmantel (2009), a preocupação médica no período estava voltada, sobretudo, para o gerenciamento orgástico (controle da excitação e prazer sexual), a parcimônia espermática (cuidado com o uso ou desperdício do sêmen) e o calipedismo (ciência da boa prole). A partir destas três preocupações essenciais no saber médico sexual do século XIX, foram pensadas as performances sexuais tidas como “sadias”, a serem praticadas nas relações matrimoniais.

Segundo Tuckmantel, a partir da política do gerenciamento orgástico pensava-se, naquele período, uma matematização “saudável” das frequências e regularidades das práticas sexuais, “cabendo ao marido gerenciar uma quantidade prudente de aproximação, com vias a preservar sua saúde e resolver sua angústia sexual sem, no entanto, despertar a potência insaciável da esposa”^{XVI}. Completou ainda que, no gerenciamento orgástico do matrimônio, a esposa “não poderia ultrapassar a capacidade do gozo masculino, pois poderia deixar o parceiro desvitalizado com os seus ardores”^{XVII}. Neste ínterim, pensava-se que a frigidez feminina garantiria a continência das mulheres aos ditames do sexo procriativo.

A parcimônia espermática, que era um regime de cuidado com o uso ou desperdício do sêmen, deveria ser seguida pelo marido. Segundo Tuckmantel, a medicina vitoriana, inspirada em Hipócrates^{XVIII}, concebia “que o esperma era um licor precioso, vida em estado líquido, extrato do mais puro sangue, substância rara, de grande valor, portanto, não poderia ser desperdiçada, mas preservada apenas para a procriação”^{XIX}. Desta forma, qualquer manifestação sexual não procriativa (masturbação, sexo oral e anal) eram tidas como maus tratos ao corpo, com sérias consequências patológicas. Conforme destacou Tuckmantel, no discurso médico, essas práticas “para as mulheres, poderiam gerar tumores cancerosos, pois o útero não era “acalmado” pelo esperma. Como se vê, a sanção ao “delito sexual”, já não se faz via penitência, mas pela ameaça de morte”^{XX}.

A terceira e, possivelmente, a maior preocupação médica vitoriana em relação aos efeitos colaterais nocivos que as performances sexuais poderiam gerar, esteve ligada ao calipedismo (ciência da boa prole). Segundo Tuckmantel “a cartilha calipédica recomendava que o ato sexual deveria acontecer apenas no silêncio do alvorecer e que a

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

mulher não devia assumir as posições que cabem ao homem (por cima), pois poderia provocar gravidez fora do útero e má-formação nos filhos^{XXI}.

No entanto, mesmo com todas as restrições médicas em relação ao sexo, o casamento era um sonho para grande parcela da sociedade vitoriana. Muitos burgueses liam sobre as alegrias e deveres conjugais, notícias sobre os casamentos notáveis, os escândalos das separações e abandonos e romances sentimentais em panfletos e periódicos familiares. Havia certa energia emocional nos escritos sobre o casamento nos quais faziam sérias exigências aos amantes que o desejassem. O desejo pelo casamento idealizado pelos romancistas e escritores (tais como Charles Dickens^{XXII}), que em seus escritos exaltavam os benefícios do matrimônio (que era, sobretudo, aos moldes cristãos), fez da relação heterossexual e monogâmica um culto do mais alto nível, venerada como o “verdadeiro” modelo de relação amorosa e sexual, pois garantiria aos sujeitos as premissas básicas para ter uma “existência feliz e saudável” em sociedade. Assim, o sentido de finalidade das relações afetivas no seio da família garantiria o êxito das relações sociais e, conseqüentemente, do bem-estar da Nação.

Em especial às mulheres, mais do que afirmar que para elas foram destinadas à função reprodutiva, havia propagandas fantasiosas sobre as “delícias” reservadas àquelas que seguissem seu “destino natural”, promovendo a “mulher-mãe” e o exercício da maternidade a uma função não só natural, mas da ordem moral e política^{XXIII}.

Tanto casais quanto solteiros se devotavam aos ideais da afetuosidade e da paixão conjugal heterossexual e monogâmica, crentes de que estavam seguindo os verdadeiros princípios morais que correspondiam a uma vida sadia e gratificante em sociedade. E não é para menos, pois havia ostensivas ações para incutir estes preceitos morais, além de variadas estratégias discursivas, para que o ideal do casamento se constituísse como tal. Mantinha-se, inclusive em variadas publicações, uma noção romântica de personalidades notáveis e extraordinárias que se constituíram como exemplos das gratificações deste ideal. Como salientou Peter Gay, “a intenção implícita desses livros, contudo, era didática^{XXIV}. Segundo o autor, esses livros, “além de fornecerem material para uma espécie de voyeurismo literário, transmitiam a grata notícia de que o amor estava ao alcance de todos, podia ser emocionante e tinha até possibilidades de sobreviver aos rigores disciplinares e à rotina invariável do casamento^{XXV}”.

Vários grupos em diferentes campos de atuação tomaram o amor e o sexo como objetos de linguagem. Contudo, as fronteiras que demarcavam os limites entre as expressões e as reservas dos desejos dos vitorianos nem sempre eram perceptíveis. Embora existam inúmeros registros das declarações de amor dos casais da classe média, através de gestos e manifestações apaixonadas, haviam variados disfarces artísticos ou literários que se faziam presentes noutras manifestações. Neste sentido, percebemos que em ambos os casos, o afeto e a paixão fundiam-se nos ideais desses vitorianos, transformando o amor e o sexo em duas faces indissolúveis dos ideais do casamento monogâmico^{XXVI}.

Há também aqueles que, possivelmente, desacreditaram-se dos afetos amorosos, crentes na “perdição” das manifestações deste gênero sentimental. Incalculáveis indivíduos sofreram experiências traumáticas em função do desconhecimento das práticas sexuais, e muitos foram os que tomaram essas práticas como um simples atributo para a geração de filhos. Nestes casos, os ideais da virgindade, da castidade e da

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

instituição da família como sinônimos de uma “vontade divina” para os indivíduos, foram decisivos para a instituição dessas práticas sexuais. Todavia, os vitorianos estabeleceram caracterizações referenciais que definiam a identidade dos indivíduos a partir dos seus gestos, comportamentos e manifestações corporais. Essas caracterizações tinham por finalidade distinguir aqueles que eram castos/puros dos que eram lascivos/obscenos perante o código moral-religioso estabelecido^{XXVII}.

Este processo de disciplinarização, psicologização, docilização e civilização dos indivíduos, que buscava transformá-los em sujeitos e objetos de um modelo de conduta social que se efetivou a partir do auto-condicionamento psíquico possibilitou, segundo Norbert Elias, um maior controle dos impulsos sexuais e o confinamento do ato sexual ao casamento monogâmico. É neste sentido que Norbert Elias analisou o processo civilizatório moderno ocidental a partir do complexo da vergonha-repugnância. Conforme afirmou, o sentimento de vergonha é uma exaltação específica, um sentimento que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões e por força do hábito (auto-condicionamento psíquico), mas que, sobretudo, “é um modelo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas”^{XXVIII}. Superioridade/inferioridade que se constitui na relação do sujeito com o modelo de conduta social ou, em termos práticos, na relação do sujeito com outros sujeitos que, em graus variados, foram influenciados pelo modelo de conduta social (mais ou menos estável e hegemônico) das relações sexuais e de gênero.

Possivelmente, a pressão moral exercida pelo sentimento de vergonha tornou-se um dos mais poderosos instrumentos de constituição dos indivíduos em sujeitos de uma disciplina-moral em relação às práticas sexuais e de gênero. Poderíamos buscar uma lógica histórica para este processo e, inclusive, afirmar que esta disciplinarização dos indivíduos tornou-se essencial para, em última instância, a apropriação das forças produtivas da classe proletária, conforme afirmou Wilhelm Reich. Contudo, de fato, embora os processos de subjetivação sociais tenham certo grau de economicidade que os constitui, o complexo vergonha-repugnância transcende uma análise meramente classista, pois, enquanto efeito ideológico, tal complexo é perceptível em toda a sociedade. Decerto, a vergonha-repugnância é constituída, sem dúvida, a partir dos gestos/sentimentos de inferioridade/superioridade em relação aos códigos de condutas sociais previamente estabelecidos.

Em relação à “promoção da vida”, presentes nas políticas de saúde, Foucault destacou que o “poder sobre a vida” que se desenvolveu a partir do século XVII, se expressou de duas formas. Uma das suas manifestações, o primeiro a ser formado, centrou-se no corpo como uma “máquina”: possível de ser adestrado, ampliando suas aptidões, explorando suas forças e utilidades, “docilizando-o” na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos, “tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano”^{XXIX}.

A segunda manifestação do “poder sobre a vida”, que se formou por volta da metade do século XVIII, centrou-se, segundo Foucault, “no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar”^{XXX}. Completou ainda que estes processos foram assumidos mediante uma série de intervenções políticas e controles reguladores, ou seja, uma bio-política da população.

A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA HISTERIA FEMININA

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

Segundo Norbert Elias (1994), esta racionalização político-científica que se desenvolveu a partir da Renascença, na Europa, efetivou uma mudança particularmente forte no autocontrole individual. Desta forma, o autocontrole individual, mediante a inculcação das disciplinas anátomo-políticas do corpo humano, foi internalizado, gradativamente, pelos sujeitos, de forma a desenvolver e possibilitar um controle regulador.

Os autocontroles individuais autônomos criados dessa maneira na vida social, conforme afirmou Norbert Elias, se interpôs “mais severamente do que nunca entre os impulsos espontâneos e emocionais, por um lado, e os músculos do esqueleto, por outro, impedindo mais eficazmente os primeiros de comandar os segundos (isto é, de pô-los em ação) sem a permissão desses mecanismos de controle”^{XXI}. Assim, segundo afirmou o autor, é que se desenvolveu uma mudança estrutural na concepção de indivíduo, no que se refere à autopercepção, sobretudo em relação à noção da existência de um “ego” individual. A distinção entre o “indivíduo” e a “sociedade” foi o ponto de intersecção entre as disciplinas do corpo e o controle sobre as populações.

2. A bio-política romântica.

Devido às mudanças decorrentes da Revolução Industrial, a Inglaterra vitoriana foi um exemplo de como os variados grupos, tanto os hegemônicos quanto os dissidentes, mas, sobretudo burgueses, idealizaram projetos nos quais a educação era instrumentalizada. Havia uma necessidade de se educar os indivíduos para o amor e para o sexo, de forma a garantir, como citamos anteriormente, a “saúde” física e mental, o desenvolvimento da “boa prole”, a majoração do capital, entre outros. O desenvolvimento desta bio-política, no que se refere ao vínculo entre o amor e o sexo, deu-se sob a influência do Romantismo, corrente político-filosófica de significativo destaque na Inglaterra vitoriana.

O romantismo foi um movimento ideológico disseminado entre artistas, políticos e filósofos, que surgiu na Europa no final do século XVIII e foi expressivo no século XIX. Contrário à boa parte dos ideais iluministas (sobretudo em relação ao racionalismo científico), os românticos buscavam fundar uma nova visão de mundo centrada no indivíduo. Segundo Norberto Bobbio^{XXXII}, o “romantismo político ou política romântica é uma expressão que nunca foi adotada como divisa ou denominação de um movimento político, qualquer que fosse; foi-lhe, quando muito, atribuída com intenções satíricas e polêmicas pelos adversários ou, para fins de conceituação, pelos historiadores”.

Desta forma, a manifestação moderna do romantismo não foi entendida como um modelo qualquer literário (embora, por exemplo, a redescoberta de Shakespeare, e, sob outro aspecto, a de certos escritos de Rousseau ou dos ingleses, exercessem uma grande influência). Mas, principalmente, pela sensibilidade por conteúdos ao qual a mentalidade medieval não prestara nenhuma atenção: o elementar, o primitivo, a força incontrolada, entre outros. O “original” dos românticos não foi, necessariamente, a inocência (afinal, com o passar do tempo, o senso do pecado e do mal se tornaram um elemento constitutivo da mentalidade romântica), mas foi o vital que traz em si, junto com a possibilidade da culpa e da degeneração: a possibilidade da redenção e do renascimento.

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

Havia algumas características que distinguiam o romantismo do racionalismo (científico), sobretudo no que se referia às políticas de controle das populações. O racionalismo que se manifestou nas bio-políticas, a partir das suas convenções e leis (pondo ordem nos fenômenos sociais), não teve um significado que transcendesse a descrição superficial dos fenômenos sociais. Faltou-lhe o aspecto “subjetivista” da descrição: “daí a redução das relações inter-humanas a “leis” mecânicas como as do mundo físico; daí a impossibilidade de explicar a vida que vibra até no inorgânico e que dele se lança a formar o organismo, tanto natural como social”.

Diferentemente, o romantismo político buscou substituir as relações sociais “mecânicas” (inspiradas em critérios meramente funcionais), por uma relação “orgânica”, em que os indivíduos e os grupos pudessem manifestar o seu caráter individual ou coletivo. Segundo Bobbio, para os românticos “um contexto social, onde o indivíduo se sinta satisfeito, exige um vínculo de amor que é, ao mesmo tempo, sentimento de dependência”. Daí a inserção do amor como a essência do caráter individual, que unia os indivíduos e organizava a sociedade: “a articulação entre os grupos, torna naturais e claros os deveres que exigem de cada um: a família, a classe, o município, a Igreja, o Estado são outros tantos contextos, intercomunicantes e relativos, entre os quais o que existe não é tanto o equilíbrio, mas a harmonia”.

Se comparado ao racionalismo científico (com seus discursos e técnicas de “docilização” dos corpos e políticas de regulação das populações), o romantismo tinha um caráter metapolítico. O caráter metapolítico define uma instância da política que não se limita aos meios políticos específicos, tais como os Parlamentos, as Câmaras, e as Administrações Públicas. Ou seja, a metapolítica é uma característica da política enquanto “vivência em sociedade”.

Não existiu nenhum partido político declaradamente “romântico”. Além disso, a diferença entre o racionalismo e o romantismo, sobretudo no que se refere à “docilização” dos corpos e à regulação da população, é epistemológica, não moral. Afinal de contas, os românticos preservaram o caráter organizacional da sociedade, presente no racionalismo, expressivo desde o surgimento do Iluminismo^{XXXIII}.

Neste sentido, percebemos que foi na relação indivíduo-todo que as peculiaridades do romantismo foram mais fáceis de serem adaptadas. O romantismo fugiu a qualquer projeto de engenharia social moderna, em nome da continuidade do passado e presente (tal como nas tradições), entre natureza e civilização, entre “terra e alma” (termos típicos do vocabulário romântico). Os românticos julgavam ilusório todo propósito de tornar os indivíduos felizes no “aqui e agora” que tivesse por organização social um projeto político de Estado que ignorasse ou sacrificasse algumas daquelas funções básicas dos seres humanos.

Desta forma, os românticos viam na sociedade e na história um movimento circular contínuo (não linear), entre as funções mais primitivas (campo) e as mais elaboradas e civilizadas (cidade). Portanto, entre os artistas e intelectuais românticos havia uma espécie de concepção “evolucionista”, que criava por efeito certa diferenciação entre as funções sociais, mas que preservava certa simpatia (ou nostalgia) às origens camponesas do cidadão. As funções sociais, na organização social, foram tomadas em seus aspectos “essenciais”, entre os românticos: “o soldado é aquele que defende, enquanto o intelectual tem um papel só como guarda da tradição, como sacerdote ou profeta, no sentido que esta função tinha explicitamente nas religiões

A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA HISTERIA FEMININA

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

primitivas, isto é, a função de mediação entre a mobilidade da vida humana e a permanência das forças cósmicas”. Como veremos adiante, esta nostalgia romântica às origens camponesas é uma peculiaridade do amor romântico (moderno) em relação ao amor cortês (medieval).

Na concepção de organização social romântica, as funções sociais não foram tomadas como “mecânicas”, de forma que o aspecto “subjetivo” do “todo social” foi levado em consideração. Daí decorre a hostilidade romântica contra um “mundo sem Deus”, contra quem via e avaliava as atividades humanas somente em termos de produção e resultado, tal como no racionalismo político. Todavia, destacou Bobbio que “muitos pensadores políticos, que ostentavam aceitar sem hesitação o progresso técnico (Sorel, Pareto, Spengler, só para citar os maiores), desenvolveram temas românticos, quando abordaram a temática da decadência de um movimento ou de uma civilização”^{XXXIV}. Desta forma, observamos certa interlocução entre o romantismo (apelo exacerbado ao sentimentalismo, ao individualismo e ao subjetivismo), a “docilização” dos corpos e a regulação da população na Inglaterra vitoriana. Assim como políticos progressistas como Sorel, Pareto, Spengler, que apelaram para o romantismo com o propósito de “civilizar” os indivíduos, muitos perceberam que a raiz da “decadência” dos “costumes civilizados” estava no declínio moral. Portanto, o aspecto progressista do desenvolvimento da civilização poderia ser remediado, alterando-se os comportamentos e os hábitos dos sujeitos sociais, incutindo-lhes valores morais.

Desta forma, percebemos que o vínculo entre o amor e a atividade sexual, ambos confinados ao matrimônio monogâmico e heterossexual, é um fenômeno relativamente recente na história ocidental e, gradativamente, foi se tornando uma condição *sine qua non* para uma vida “saudável”, “aceitável” e “feliz” em sociedade. O restabelecimento do amor cortês, resgatado pelo romantismo moderno, e que fundou o amor romântico/amor-paixão, fez com que as relações sexuais fossem, impreterivelmente, vinculadas ao matrimônio.

Amor cortês foi um conceito europeu medieval de atitudes, mitos e etiqueta que enalteciam o amor, que gerou vários gêneros de literatura medieval, incluindo o romance. Segundo José D’Assunção Barros, as origens do amor cortês remontam à Idade Média: “entre os séculos XI e XIV – no contexto do desenvolvimento do trovadorismo medieval – o Ocidente Europeu conheceu uma nova forma de sensibilidade que logo ficaria conhecida pelo nome de Amor Cortês”^{XXXV}. Segundo ele, o amor cortês “deleita, mas faz sofrer”, “aprimora, mas fragiliza”, “erotiza, mas idealiza”, “educa, mas enlouquece”, “submete, mas enobrece”:

Emoções e resultados dos mais contraditórios harmonizam-se no seu seio, nas vidas intensas dos trovadores, nos seus poemas apaixonados. Em todo o caso, proclama a autonomia dos sentimentos face a racionalidade medida pelo saber erudito, face a religiosidade controlada pela Igreja na sua forma ortodoxa, face aos poderes e micropoderes exercidos pela família e pela sociedade para conservar o individuo sob o jugo de seus imperativos principais. A seu modo, o Amor Cortês representa uma revolução nos modos de pensar e de sentir, e não deixa de empreender uma velada crítica aos padrões repressores de seu tempo. Uma revolução imaginária, a bem dizer, pois se alguns trovadores a viveram de maneira concreta e intensa, a maioria

A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA HISTERIA FEMININA

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

dos homens e mulheres apenas a vivenciaram de forma lúdica e no mundo da imaginação^{xxxvi}.

A grande diferença entre o amor cortês e o amor romântico é que, se no primeiro o amor se manifesta em seu aspecto imaginário (e, por vezes, não concretiza seu amor de forma material), no segundo a materialização do amor (seja no sexo ou em outra forma de contato/comunicação) é um imperativo. Portanto, se o amor cortês se dá no plano da imaginação, o amor romântico se dá no plano da experiência material. Shakespeare, na obra *Noite de reis*, enunciou uma frase que é, ao nosso entendimento, a expressão máxima do amor romântico em relação ao amor cortês: “buscar o amor é bom, melhor é achá-lo”.

Neste íterim, a atividade sexual cada vez mais foi sobrecarregada de sentimentos, por vezes, ambíguos: a sensação de prazer (característica da atividade sexual) foi dominada pela busca pela “felicidade”. Contudo, esta busca pela felicidade não vinha, sobretudo, da sensação de prazer sexual, mas tinha no seu âmago o sentimento de sofrimento e de impotência, que lhe impulsionava, gerado pelo medo da solidão, oriundo do amor-paixão. Portanto, sobretudo no romantismo, a atividade sexual não era a causa, mas o efeito: o que impulsionava às relações matrimoniais não era o prazer sexual, mas o amor.

Segundo Korfmann (2002), a união entre a atividade sexual e o amor, e o fato de que o amor tornou-se um imperativo social para o casamento, contribuíram decisivamente para o declínio da antiga ordem do casamento, baseado nos arranjos entre as famílias. Para o autor, com a liberação da autoridade dos pais e o recuo das dinastias, bem como a inclusão de parte da população (que, no máximo, considerava os interesses familiares como importantes, mas não absolutos), o enlace de amor e casamento pôde ser deixado como uma decisão de aceitação ou rejeição aos envolvidos. A renúncia a características justificativas para o amor (como a riqueza, a juventude, a beleza e a virtude) foi compensada pelo direito da individualidade e, com isso, o problema de permanecer idêntico a si mesmo na união com o outro.

A partir do romantismo, destacou o autor, a relevância máxima do amor não apenas possuía o caráter do legítimo, mas tornou-se quase um dever, uma norma: os amantes poderiam e deveriam esperar um do outro que não haja nada mais importante do que seu amor. Essa exigência tem traços monopolistas-monogâmicos, pois o amor não poderia tolerar outras relações como igualmente importantes, ao seu lado. Para Korfmann, depois da ênfase da amizade no século XVIII, o amor romântico começou a reinar de maneira absoluta e única. Na percepção do romance romântico, o amor seria o elemento fulcral da vida, ele era a parte mais elevada no homem^{xxxvii}.

O romantismo era um gênero literário amplamente aceito e consumido entre os vitorianos, sobretudo por ser uma espécie de pedagogia moral. Em especial, os romances eram compostos por enredos que descreviam práticas amorosas que inspiravam os vitorianos para o amor, de forma a garantir a ordem social e moral, dentro dos padrões impostos pela bio-política de controle da população e docilização dos corpos.

Segundo Paulo Armando da Cunha Silvestre (2009), a burguesia mais abastada havia criado para si própria um culto especial, o “lar doce lar”. Desta forma, o autor destacou que filósofos como Hegel consolidaram este idealismo burguês ao afirmarem a

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

família como uma instância fundamental da sociedade moderna, um pilar imprescindível do Estado.

Segundo Silvestre (2009), no ambiente doméstico vitoriano e burguês a peça mais valiosa deste mundo/espço interno de conforto e de beleza era a própria dona da casa. Assim, destacou que esta imagem da figura feminina foi surpreendentemente mutável, no decorrer do século XIX, pois os ditames de moda e das regras sociais transformaram este ser quase angelical (do começo do século XIX), num misterioso e frívolo objeto de desejo, por parte dos homens, um décor da própria sociedade.

Porém, o culto à beleza feminina, como objeto decorativo no qual os homens ostentavam seu poder, estava constantemente ameaçado pelas rígidas campanhas moralistas, fomentadas tanto pelas igrejas quanto pelos especialistas em saúde. Desta forma, conforme destacou Silvestre, havia uma observação permanente e obstinada ao interior do sacramento do matrimônio, contra as “tentações da carne”, na tentativa de controlar a intimidade por todos os meios evitando as aventuras extraconjugais, sobretudo as femininas.

A supervalorização da estética feminina, que lhe dava certa sensualidade e erotismo (nos padrões da época^{XXXVIII}), tinha um caráter duplo. Ao mesmo tempo em que as mulheres ganharam poderes em relação aos seus corpos, em função da possibilidade de negociarem seus prazeres a partir da sensualidade e do erotismo, suas condições econômicas e sociais ainda estavam sujeitas ao imperativo do lar. Desta forma, a sexualidade feminina, sobrevalorizada em função da estética, ainda permaneceu sobre o julgo monopolista masculino, que dominava o matrimônio a partir do poder econômico. A requintada moral dupla que enalteceu a vida interior da dona de casa pudica, e, ao mesmo tempo, subjogou as mulheres, aliada a uma obsessão hipócrita pelo corpo, proibindo-as dos prazeres de uma sexualidade própria, permitiu, no entanto, que estas mulheres se vestissem de modo a fazer delas objetos sexuais, a serviço da obsessão masculina pelo sexo.

Neste contexto, surgiram as bio-políticas burguesas sobre os denominados “papéis naturais”, opostos entre homem e mulher, na intenção de organizarem as diferentes tarefas igualmente “naturais” para ambos os sexos. Conforme Silvestre, “a mulher aparecia definida como um ser passivo, emocional, ligado à natureza, à vida no interior da casa e à família, funções próprias do universo feminino”^{XXXIX}. O caráter emocional ligado à natureza, fez com que as mulheres, sobretudo nos romances, fossem retratadas de forma quase dissimulada, numa ingenuidade e num excesso de sentimentalismo no qual as personagens eram desprovidas de racionalidade e sobrevalorizadas de emoções.

Em oposição, destacou Silvestre que o mundo do homem era ativo, racional e gerador da cultura, ligado ao domínio público, a política, o Estado, o trabalho e a luta. A conciliação harmoniosa entre ambos os sexos, observou o autor, garantiria a coesão de toda a sociedade, numa conexão que estabilizaria o limite entre o privado e o público.

A falácia da época sobre a existência de uma “predisposição natural” das mulheres para a histeria requeria o fechamento das mesmas no espaço estritamente vigiado da casa da família, onde estaria sempre disponível para a inspeção dos mecanismos de controle panópticos (dentre eles o poder médico, do Estado e da Igreja). Assim, de forma gradual, as mulheres burguesas foram se isolando no ambiente

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

doméstico, seduzidas, inclusive a partir da literatura romântica, pela nova ideologia dos “papéis naturais”.

A noção da “tendência natural” do homem para a poligamia e intercuro sexual com várias mulheres, demandava, ao contrário, um espaço de ação mais amplo do que o da casa familiar, o direito ao sigilo e um espaço privativo não controlado pelos membros da família. A supervalorização da estética feminina, que lhe dava certa sensualidade e erotismo, favoreceu o estabelecimento desta licenciosidade masculina ao sexo, criando uma cultura erótica na qual as mulheres se tornaram os “objetos de consumo” e os homens os “consumidores”, por excelência. Assim, o papel das esposas em relação aos maridos (“provedor do pão” e o proprietário da casa), neste espaço privativo que constituiu a casa familiar, era de uma relação hierarquizada, pois o papel do pai de família era análogo ao capataz da fábrica ou do sargento do exército.

No entanto, as famílias nucleares burguesas e vitorianas, embora, aparentemente, estruturadas e ordenadas para o progresso contínuo da civilização, a partir das bio-políticas de controle da população e disciplinarização dos corpos, não eram apenas a manifestação de como o casamento poderia ser a fonte da “felicidade” plena dos sujeitos, na vivência em sociedade. Havia conflitos que eram irremediáveis, dentro dos padrões morais hegemônicos, no período. Conforme destacou Silvestre, “vivia-se no interior da família uma silenciosa, mas implacável guerra entre gerações e sexos”^{XXXX}.

Em boa parte do século XIX, de fato, as mulheres permaneceram virtualmente na condição de propriedades de seus pais e, depois, de seus maridos. O *Matrimonial Causes Act* (Lei de causas matrimoniais), que vigorou no período de 1857-1878, mesmo depois de algumas adaptações e emendas, dava ainda aos maridos o direito de requerer o divórcio com base no adultério cometido pela mulher. As mulheres, entretanto, tinham que provar, além do adultério, que o marido cometera alguma outra “infração horrenda”, como crueldade, violação ou sodomia. Arraigada no direito comum, esse paternalismo vitoriano impedia, por exemplo, que as mulheres gerenciassem suas heranças, que atuassem em sua defesa nos tribunais ou contraíssem dívidas sob sua responsabilidade. Além disso, nos casos de separação ou abandono, o direito de permanecer com os filhos normalmente era desfavorável às mulheres, por mais negligente que fosse o marido^{XXXXI}.

Portanto, as instituições jurídicas, mediante a regulação e normatização das condutas, foram centros de dispersão da bio-política que investiu sobre os corpos. Uma vez que esta foi indispensável ao desenvolvimento do capitalismo – que só pode ser garantido à custa do controle e disciplinarização dos corpos, bem como da regulação da população aos processos econômicos – o sexo foi acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie^{XXXXII}. Por isso, a importância dos aparelhos jurídicos do Estado para garantir-lhes a efetividade da ação propriamente política e econômica sobre os corpos.

Observamos que foi a partir do final do século XIX, sobretudo na Inglaterra, que houve certas mudanças neste quadro, sobretudo em função do desenvolvimento do capitalismo, que fundou as políticas modernas de regulação e normatização das condutas, para a majoração da produção. Em 1870, foi aprovada a *Married Women's Property Act* (Lei das posses de mulheres casadas)^{XXXXIII} e, em 1886, o *Guardianship of Infants Act* (Lei da guarda de crianças)^{XXXXIV}, leis que começaram a demolir o tradicional patriarcalismo inglês. Segundo Peter Gay (1988), este reconhecimento dos

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

direitos das mulheres esteve ligado ao processo de industrialização do século XIX, pois elas foram cada vez mais úteis no processo de expansão do capitalismo.

Todavia, por mais paradoxal que possa parecer, o romantismo foi significativo na transformação deste quadro. Apesar dos romancistas classificarem os indivíduos a partir da divisão dos papéis sociais entre os gêneros masculino e feminino, destacou Michael Korfmann que “foram os romances românticos que introduziram a mulher como sujeito autônomo em relação a seus sentimentos, concedendo-lhe o “privilégio” de rejeitar ou aceitar o amor declarado, sem direito de revogação do lado masculino”^{XXXXV}. Portanto, embora de forma dúbia, o amor tornou-se um sentimento de significativa importância na redistribuição dos poderes (não sua superação), nas relações de gênero vitorianas.

Segundo Peter Gay, foram necessários os esforços de homens e mulheres, através de rios de artigos e petições, pressões políticas e testemunhos em juízo, “para forçar que tais revisões fossem incluídas nos códigos jurídicos e na consciência humana”^{XXXXVI}. De fato, as mulheres tiveram uma significativa atividade política no período, que resultou em avanços nas relações de gênero. Conforme destacou Renata Barbosa, as questões que interessavam os grupos femininos do período eram, sobretudo, ligados à burguesia: o direito ao trabalho, ao voto, à educação superior e à propriedade de todos^{XXXXVII}.

Logo no início do século XX, destacou Silvestre, o discurso freudiano buscou “desmascarar a hipocrisia burguesa criticando os seus arquétipos e explorando o que havia de mais íntimo: os desejos sexuais reprimidos no interior da família”^{XXXXVIII}. Também, nesta época, conforme destacou, algumas estudiosas começaram a analisar a vida particular da família, decompondo-a nos seus pormenores, “desmontando as estruturas patriarcais de repressão, a violência dos maridos ou dos pais e a tradicional divisão de tarefas, reescrevendo uma nova narrativa da vida privada e também social”^{XXXXIX}.

A emergência destes conflitos, tanto entre as gerações e quanto entre os sexos, trouxe uma “nova” preocupação em relação à emancipação econômica das mulheres e a instituição do casamento monogâmico, sobretudo em relação aos prazeres femininos e o adultério sexual. Concomitante à inserção das mulheres no mercado de trabalho, à conquista dos direitos ao voto, à educação superior e a propriedade, às antigas estruturas familiares, as mulheres foram perdendo seu status de “bibelôs” sexuais dos maridos.

No período vitoriano, conforme destacou Martins, “o exercício da sexualidade feminina só era admissível na companhia de um homem e preferencialmente no casamento, a idéia de uma sexualidade sem limites e sem regras era insuportável para a moralidade da época, reforçada pelos argumentos médicos”. Referindo-se, especificamente, sobre a masturbação feminina, a autora destacou que “como parte da cruzada moralista e higienista, médicos como Pouillet procuraram alertar outros médicos, os pais e educadores para os males terríveis que julgavam ser desencadeados pela prática do “vício solitário”^{XXXXX}. Assim, como no período vitoriano “o exercício da sexualidade feminina só era admissível na companhia de um homem e preferencialmente no casamento, a idéia de uma sexualidade sem limites e sem regras era insuportável para a moralidade da época, reforçada pelos argumentos médicos”^{XXXXXI}.

A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA HISTERIA FEMININA

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

O casamento monogâmico, na religião cristã, que predominava entre os vitorianos, era indissociável. Neste sentido, o adultério, sobretudo o feminino, deveria ser inibido, pois desestabilizaria as estruturas tanto morais quanto jurídicas, que constituíam as relações de gênero no período, sobretudo ligadas às questões que envolviam a maternidade (função, por excelência, do sexo feminino), a honra masculina (que se pautava na exclusividade do usufruto sexual por parte do marido do corpo da esposa) e a herança (legitimada na consanguinidade). Desta forma, diferente dos homens, a prática do sexo pelas mulheres, esteve confinada ao matrimônio.

Não foram poucos os romances que retratavam personagens que morriam por seus amores^{XXXXXII}, apresentavam declarações amorosas de um profundo sentido existencialista, entre outros. Boa parte do apelo emocional esteve a serviço de inculcar um moralismo às práticas dos indivíduos. Muito se debateu sobre a controversa função da literatura romântica, que instituiu valores morais e que enalteciam a inviolável instituição familiar, a partir do casamento monogâmico e heterossexual.

O papel do artista-escritor enquanto pedagogo, ou no mínimo, enquanto uma liderança moral e exemplar aos padrões aceitáveis da sociedade esteve presente nas preocupações dos vitorianos, visto que boa parte da burguesia do período era crente que sua classe social estava incumbida de se manter enquanto tal e de educar através de valores estéticos as classes subalternas. Isto ficou muito evidente nas ações das sociedades pela supressão do vício, por exemplo.

No entanto, como artistas puros que frequentam os domínios distantes das “preocupações mundanas dos filisteus”, os literatos vitorianos, por vezes, dispensavam sua função de “pregar a virtude e denunciar o vício”. Mesmo não tomando como objetos de linguagem temas polêmicos aos olhos dos vitorianos, boa parte dos escritores que cultuavam os valores morais tais como o “amor puro e sagrado” das relações matrimoniais que nos referimos anteriormente, eram cientes das contradições morais vigentes no período. Como afirmou Peter Gay (1988), para muitos vitorianos, uma coisa era enxergar a realidade e outra era publicá-la sem floreios moralizantes. Alguns escritores conhecidos no período, os “menos agradáveis” – tais como os satiristas George Meredith e Theodor Fontane e os “juízes severos” da condição humana como Thomas Hardy ou Émile Zola – “viam-se como purificadores, fustigadores da hipocrisia: ignorar a máscara de subterfúgios defensivos e eufemismos decorosos no campo do erotismo era por si só, uma atitude moral”^{XXXXXIII}. Daí, o caráter metapolítico destes autores.

Neste sentido, vários autores deste gênero (tal como Meredith, Fontane, Hardy, Zola e outros) constituíram outra vertente moral, crítica a hipocrisia dos costumes. De fato, tornou-se fácil para aqueles que pleiteavam a autonomia estética expressar com maior nitidez suas ideias, tanto na escrita, quanto na defesa da franqueza em relação à vida sensual. Contudo, como vimos anteriormente, a partir das análises da Lei de Publicações Obscenas de 1857 a liberdade da escrita não era a mesma liberdade de publicação.

3. A bio-política romântica e o falacioso diagnóstico da histeria feminina.

A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA HISTERIA FEMININA

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

Numa análise genealógica ao moralismo romântico, percebemos que as determinações históricas que deram condições para que os discursos sobre a natureza feminina e consequente interdição da sexualidade das mulheres entre boa parcela dos vitorianos foram influenciadas por prerrogativas remotas, ligadas à misoginia cristã. Neste sentido, buscamos demonstrar no próximo tópico como os discursos teológicos cristãos influenciaram de forma mais ou menos direta os ideais romantismos e que, por efeito, desencadeou nos discursos e práticas médicas de diagnóstico e intervenção da histeria.

Existe uma relação histórica mais ou menos direta entre o ideal do amor romântico e os discursos sobre a histeria feminina no período vitoriano, tanto por “essencializar” a “natureza feminina” no discurso, quanto pelo fato de boa parte dos médicos que tratavam a histeria no século XIX se fundamentarem nas prerrogativas românticas para diagnosticar e prescrever práticas médicas para as histéricas.

Conforme destacou Paulo Silvestre, as mulheres em boa parte das representações sobre o feminino entre os vitorianos eram definidas como seres passivos, emocionais, ligados à natureza, à vida no interior da casa e à família, funções “próprias” do universo feminino^{XXXXXIV}. O caráter emocional e instintivo fez com que as mulheres, sobretudo nos romances, fossem retratadas de forma dissimulada, numa ingenuidade e num excesso de sentimentalismo no qual as personagens eram desprovidas de racionalidade e sobrevalorizadas de emoções.

O apelo exacerbado ao sentimentalismo, ao individualismo e ao subjetivismo que caracterizava a “natureza feminina” entre boa parte dos romancistas e médicos vitorianos tem suas origens numa forma de misoginia literária que surgiu na Europa, aproximadamente, no século XII e, em parte, teve relações com a teologia misógina patrística^{XXXXXV, XXXXXVI}.

Em termos gerais, conforme destacou R. Howard Bloch, “a misoginia é um modo de falar sobre as mulheres, o que é diferente de falar algo a elas, embora o discurso possa ser uma forma de ação e mesmo de prática social, ou pelo menos um seu componente ideológico”^{XXXXXVII}. Assim, “qualquer definição essencialista das mulheres, seja negativa ou positiva, feita por um homem ou uma mulher, é a definição fundamental da misoginia”^{XXXXXVIII}.

Segundo ele, a misoginia teológica patrística tinha como pressupostos, basicamente, três premissas em relação às mulheres: 1) “a feminização da carne”, na qual os homens eram associados à mente, enquanto às mulheres eram associadas ao corpo; 2) “a estetização da feminilidade”, na qual as mulheres foram associadas ao cosmético, ao superveniente e ao decorativo; 3) e “a teologização da estética”, concepção na qual condenava todas as formas de prazeres ligados à corporificação material, ou seja, aquilo que era, em termos representativos, ligados ao feminino, ao corpo, ao estético.

Santo Agostinho (354-430 d.C.) que foi um teólogo da Patrística desenvolveu o dualismo platônico^{XXXXXIX} na teologia cristã, definindo o “corpo” como sinônimo da “queda e degradação da alma” e a alma como o veículo para se “alcançar o divino”, a “Jerusalém Celestial”^{XXXXXX}. No que se referia às mulheres, a exigência da pureza, referência máxima do ascetismo espiritual, fez com que a virgindade se tornasse a penitência do mais alto nível para a “celebração do divino”, em contraposição à existência mundana/carnal.

A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA HISTERIA FEMININA

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

A partir de Santo Agostinho, a virgindade não foi classificada, apenas, como a ausência da penetração fálica, mas como a ausência da sexualidade e do erotismo, pois tanto o aspecto estético (cosmético e ornamental) quanto o “desejo carnal” (íntimo e subjetivo) eram simbolizados como a “queda da alma”. Neste ínterim, nas representações sobre a virgindade, as manifestações sensuais femininas – que, mesmo sem a intenção, poderiam despertar o desejo masculino – foram consideradas uma evidência da perda do caráter casto da “pureza espiritual”. Não havia exceção: para ele tanto homens quanto mulheres eram “pecadores por natureza”.

Conforme destacou Bloch (1995), o ascetismo que caracterizava o pensamento teológico nos primeiros séculos cristãos (que simbolizava a sexualidade e o erotismo feminino como sinônimo da depravação moral) foi transformado, nos séculos XII-XIII, numa idealização das mulheres e do amor sob três características básicas: 1) houve uma “secularização do desejo”, no qual a “paixão ascética por Cristo” se deslocou para o amor a um ser humano supostamente mortal; 2) o “amor secular”, supostamente existente entre uma pessoa para com outra, tornou-se um sentimento que, por definição, era sinônimo de infelicidade, arrebatamento, sofrimento e insegurança, pois dependia do outro indivíduo para se materializar, efetivamente; 3) “o amor impossível” e “inalcançável” (por ser infelicidade, arrebatamento, sofrimento e insegurança) tornou-se “nobre” (num sentido ascético), conseqüentemente, uma forma de distinção social, pois inseriu um subjetivismo/sentimentalismo nas relações entre os gêneros que contrariava as formas mais “rudes” de contato entre os sexos. Neste sentido, a suposta sensualidade feminina que despertava o “desejo carnal” nos homens, pelo menos no trovadorismo, foi substituído por uma forma “secular” da interpretação misógina do feminino, não sendo mais simbolizado como a depravação e a “queda da alma”.

Desta forma, a essencialização do feminino na renascença literária do século XII subverteu, em partes, a misoginia que inferiorizava a natureza feminina nos discursos teológicos patrísticos (Santo Agostinho, Jerônimo, Tertuliano, Cipriano, e outros). No entanto, a secularização do amor (amor cortês), característica da subversão da literatura trovadoresca do século XII, tinha um caráter antimatrimonial, pois o matrimônio, a partir da sexualização do amor e o confinamento da atividade sexual ao matrimônio (sobretudo às mulheres), puseram um fim no ideário de um “amor inalcançável”. Portanto, mesmo fundando uma nova ordem nas representações sobre o feminino, a renascença literária do século XII enalteceu, em partes, o aspecto antimatrimonial (“assexual”) das relações amorosas, fazendo com que o amor, a pureza e o sentimentalismo/subjetivismo tornassem sinônimos de distinção (nobreza) pessoal^{XXXXXXXXI}.

O romantismo vitoriano transgrediu a lógica do “amor inalcançável” cortês, fazendo com que o arrebatamento, o sofrimento e a insegurança, característicos do amor trovadoresco medieval, tomassem um aspecto matrimonial, numa nova concepção de amor que se tornou uma condição *sine qua non* para uma vida “saudável”, “aceitável” e “feliz” em sociedade. O sentimento de sofrimento e de impotência não desapareceu dos enredos românticos vitorianos. Porém, o “contato físico” apareceu de forma mais evidente: o “trovar” deixou espaço para a “paixão”.

Devido a mudanças nas formas de propriedade e nas relações de poder entre os sexos, o aparecimento do amor romântico ocidental foi parte de um momento particular na história da misoginia, no qual “a obsessão debilitante com a mulher como fonte de

A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA HISTERIA FEMININA

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

todo o mal acabou invertendo-se numa obsessão co-conspirante com a mulher como fonte de todo o bem”^{XXXXXXII}. Desta forma, o amor romântico, amplamente difundido entre os vitorianos, desenvolveu uma nova forma de misoginia, no qual as mulheres, articuladas nas políticas de controle e regulação das populações, foram responsabilizadas pelo desenvolvimento do Estado a partir dos “ofícios femininos” ligados à maternidade.

A “pureza da virgindade”, que na teologia patrística era sinônimo de ausência da sexualidade e do erotismo feminino, foi tomando novas formas e versões, até chegar ao romantismo moderno como uma forma de castidade ligada a ausência de penetração sexual. Desta forma, a virgindade era o estado no qual as moças permaneciam à espera da primeira investida sexual masculina, que iniciaria e criaria um monopólio sexual sobre elas, que viveriam, a partir daí, sob o julgo do pênis de apenas um homem, seu marido. No entanto, as mulheres, no romantismo moderno, poderiam manter o “estado de pureza” mesmo depois da perda de virgindade, desde que respeitado o rito do matrimônio e permanecessem ligadas aos “ofícios da maternidade” e aos ditames sexuais dos maridos.

4. Considerações finais.

A partir de Pascal Bruckner e Alain Finkielkraut (1981), podemos pensar que a sentimentalidade romântica parece ter assumido o papel único de impedir o livre desenvolvimento das pulsões sexuais. Para eles, há certa “seriedade” da libido (desejo) que se opõe ao aspecto “ridículo” do sentimentalismo: a libido define seu objetivo (a satisfação do prazer genital) e a forma de alcançá-lo (a “posse” do outro). Destacaram os autores que o sentimentalismo romântico é “ridículo”, por se demonstrar inapto a converter-se em intenção, materializar seu desejo: no sentimentalismo “o gozo me chega, me passa por dentro, me atravessa: eu não o descarrego”^{XXXXXXIII}.

Se o sentimentalismo não se materializar em satisfação sexual (se não se “descarregar” no gozo) torna-se tensão, retenção e “invólucro” de emoção. Acreditar que as mulheres “não gozam”, além de privá-las do direito ao “prazer sexual” (tal como supôs muitos vitorianos), foi fadá-las a um “invólucro”, um modo de ser e de agir “artificial”, que impedia a sua pulsão sexual. Esta concepção sobre o sentimentalismo como uma forma de interdição da pulsão sexual surgiu tardiamente e permanece como uma das mais notáveis concepções sobre a histeria feminina.

Todavia, embora o diagnóstico sobre a histeria feminina seja falacioso, ou seja, uma falsa doença que serviu de subterfúgio para a interdição sexual feminina, se por um instante tomarmos a histeria feminina como um diagnóstico verdadeiro teríamos que, no mínimo, considerarmos a própria bio-política como o fator da sua geração.

Notas

¹ Felipe Salvador Weissheimer é doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista Promop-Udesc. Email: felipe.s.w@hotmail.com.

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

Este artigo foi escrito a partir da Dissertação de Mestrado escrita pelo autor, sob o título *Richard Francis Burton e a inserção dos Kama-sutras como um manual sexual entre os vitorianos (Inglaterra, 1883)*. Ver mais informações em: Weissheimer, Felipe Salvador (2014), *Richard Francis Burton e a inserção dos Kama-sutras como um manual sexual entre os vitorianos (Inglaterra, 1883)*, Marechal Cândido Rondon, 129 p. Dissertação (Mestrado em História) - Unioeste.

^{II} GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A educação dos sentidos. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 29.

^{III} FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 144.

^{IV} Mais informações em: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 41-47.

^V BARBOSA, Renata Cerqueira. **Concepções da sexualidade romana na Inglaterra vitoriana**: a leitura sobre Ovídio. Assis, 2011. 181 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Campus de Assis). p. 28-29.

^{VI} FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 132.

^{VII} FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 132-133.

^{VIII} Gregor Mendel (1822-1884) foi um botânico e geneticista austríaco que descobriu que as características genéticas (tais como a cor das flores), se deviam à existência de um par de unidades elementares de hereditariedade. Através do cruzamento de várias espécies de plantas, Mendel descobriu os aspectos elementares da genética das plantas. Sua descoberta foi essencial para a síntese evolutiva moderna, conhecimento que imbricou tanto o geneticismo de Mendel, quanto o evolucionismo darwiniano. Sobre o “mendelismo social”, transposição geneticismo mendeliano à regulação das populações, Foucault destacou que ocorreu, a partir da segunda metade do século XIX, que a temática do sangue (considerada a “substância genética”, por excelência) “foi chamada a vivificar e a sustentar, com toda uma profundidade histórica, o tipo de poder político que se exerce através dos dispositivos de sexualidade. O racismo se forma nesse ponto (racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça. Sem dúvida, o nazismo foi a combinação mais ingênua e mais ardilosa – ardilosa porque ingênua – dos fantasmas do sangue com os paroxismos de um poder disciplinar” FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 140.

^{IX} FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 137.

^X MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 113.

^{XI} MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 113.

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

- ^{xii} MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 113.
- ^{xiii} FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 143-144.
- ^{xiv} FREUD, Sigmund. Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In: _____. **Freud**. Livro 31. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 33
- ^{xv} FREUD, Sigmund. Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In: _____. **Freud**. Livro 31. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 26-47.
- ^{xvi} TUCKMANTEL, Maisa Maganha. **Educação sexual**: mas qual? Campinas, 2009. 393 p. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas. p. 92.
- ^{xvii} TUCKMANTEL, Maisa Maganha. **Educação sexual**: mas qual? Campinas, 2009. 393 p. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas. p. 93.
- ^{xviii} Hipócrates (VI a.C.) viveu na Grécia e é considerado por muitos uma das figuras mais importantes da história da saúde, frequentemente considerado o “pai da medicina”.
- ^{xix} TUCKMANTEL, Maisa Maganha. **Educação sexual**: mas qual? Campinas, 2009. 393 p. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas. p. 93.
- ^{xx} TUCKMANTEL, Maisa Maganha. **Educação sexual**: mas qual? Campinas, 2009. 393 p. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas. p. 93.
- ^{xxi} TUCKMANTEL, Maisa Maganha. **Educação sexual**: mas qual? Campinas, 2009. 393 p. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas. p. 93.
- ^{xxii} Charles John Huffam Dickens (1812-1870) foi um dos mais populares romancistas ingleses. Uma das obras mais famosas do autor foi *David Copperfield*, publicada em 1850. Segundo Peter Gay, “Dickens reinou sobre a cena literária inglesa como ninguém, amado tanto pelas massas dos comuns quanto pela elite dos leitores cultos, intrigante para os mais exigentes dos críticos literários, fonte de admiração sincera e da inveja mal disfarçada de seus concorrentes. Quando morreu, em 1870, o trono de rei dos romancistas nacionais ficou vazio” GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A paixão terna. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 131.
- ^{xxiii} MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 14-15.
- ^{xxiv} GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A paixão terna. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 106.
-
- ^{xxv} GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A paixão terna. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 106.
- ^{xxvi} Mais informações em: GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A educação dos sentidos. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A paixão terna. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ^{xxvii} Mais informações em: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e civilização. Volume I. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

^{xxviii} ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e civilização. Volume I. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 242.

^{xxix} FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 131.

^{xxx} FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 131.

^{xxxi} ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e civilização. Volume I. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 245-246.

^{xxxii} BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C, Varriale et ai.; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 1131-1139. Os próximos parágrafos foram escritos baseados em Norberto Bobbio (1998).

^{xxxiii} Conforme afirmou Sergio Paulo Rouanet, “o Iluminismo é uma tendência trans-epocal, que cruza transversalmente a história e que se atualizou na Ilustração, mas não começou com ela, nem se extinguiu no século XVIII”. ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 28. Desta forma, o Iluminismo é uma “tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder a partir da razão” ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 28. Portanto, o sentido que aglutina os filósofos iluministas é a primazia da razão como objeto de linguagem e de ação. Neste ínterim, é mister desassociar o Iluminismo da Revolução Francesa (Ilustração), pois houveram outras determinações históricas, não apenas filosóficas, que desencadearam a Revolução Francesa e, conseqüentemente, a queda do Antigo Regime francês. O jusnaturalismo era a forma jurídica que legitimava o poder centralizador, absoluto, que fundamentava o princípio da soberania do poder absolutista a partir da lógica do “direito dividido”. Em contraposição ao jusnaturalismo, instituiu-se uma nova epistemologia às constituições jurídicas: a noção de “direito civil”. Inicialmente desenvolvida pela tendência iluminista, a noção de direito civil foi apropriada na Ilustração que floresceu no século XVIII, na França. Daí a associação, quase direta, do Iluminismo com o desenvolvimento da Revolução Francesa.

^{xxxiv} BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C, Varriale et ai.; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 1131-1139.

^{xxxv} BARROS, José D´assunção. O amor cortês: suas origens e significados. **Revista Raído**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 195-216, jan./jun. 2011. p. 195.

^{xxxvi} BARROS, José D´assunção. O amor cortês: suas origens e significados. **Revista Raído**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 195-216, jan./jun. 2011. p. 199.

^{xxxvii} KORFMANN, Michael. O romantismo e a semântica do amor. **Revista Fragmentos**, Florianópolis, número 23, p. 083-101, jul-dez/ 2002. p. 85-86.

^{xxxviii} Segundo Alain Corbin, “no final do século, à medida que se dilata o tempo de lazer do conjunto do corpo social, difunde-se um exaustivo “trabalho das aparências” (P. Perrot), ao qual a pequeno-burguesa, ajudada por sua criada, deve submeter-se antes de afrontar a cena pública. A multiplicação dos trajes ao longo do dia impõe uma permanente adequação dos elementos do guarda-roupa; caso contrário, a confusão

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

transformaria com demasiada evidência o espaço íntimo em bastidor do teatro social” CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Tradução de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 448. O zelo pela moralidade das mulheres foi um ditame que permaneceu na moda vitoriana, embora os corpetes, os espartilhos e as crinolinas tenham destacado as silhuetas femininas.

^{XXXXIX} SILVESTRE, Paulo Armando da Cunha. **Vivências do feminino no final de oitocentos**: representação da mulher em alguns romances e periódicos da época. Lisboa, 2009. 140 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares) – Universidade Aberta. p. 62.

^{XXXXX} SILVESTRE, Paulo Armando da Cunha. **Vivências do feminino no final de oitocentos**: representação da mulher em alguns romances e periódicos da época. Lisboa, 2009. 140 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares) – Universidade Aberta. p. 65.

^{XXXXXI} GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A educação dos sentidos. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 131-132.

^{XXXXXII} FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 137.

^{XXXXXIII} Segundo Cristina Frois de Figueiredo Baptista Cavaco, o primeiro *Married Women's Property Act* de 1870 garantia que às mulheres ficarem na posse de seus rendimentos de trabalho até 200 libras. A suplementação da lei de 1882 tinha por objetivo proteger as mulheres nas suas condições de separada, divorciada e mãe, pois permitia às mulheres conservarem os seus bens e administrá-los, após o casamento CAVACO, Cristina Frois de Figueiredo Baptista. **Mulheres na sombra**: Great victorian women behind great victorian men. Lisboa, 2010. 285 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Lisboa. p. 261.

^{XXXXXIV} Em 1886, o Parlamento aprovou a Lei Tutelar de Crianças. Este ato deu às mulheres mais chance de conseguir a guarda de seus filhos depois da separação ou abandono. A lei estipulou que o bem-estar da criança deve ser levada em consideração, portanto, prejuízo dos direitos do pai para a custódia de seus filhos. Desta maneira, o Estado conseguiu, através dos filhos, controlar e disciplinar os pais.

^{XXXXXV} KORFMANN, Michael. O romantismo e a semântica do amor. **Revista Fragmentos**, Florianópolis, número 23, p. 083-101, jul-dez/ 2002. p. 85.

^{XXXXXVI} GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A educação dos sentidos. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 134.

^{XXXXXVII} BARBOSA, Renata Cerqueira. **Concepções da sexualidade romana na Inglaterra vitoriana**: a leitura sobre Ovídio. Assis, 2011. 181 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Campus de Assis). p. 35.

^{XXXXXVIII} Estes “desejos sexuais reprimidos” no interior da família ficam evidentes, em análise ao discurso freudiano, na teoria sobre o Complexo de Édipo.

^{XXXXXIX} SILVESTRE, Paulo Armando da Cunha. **Vivências do feminino no final de oitocentos**: representação da mulher em alguns romances e periódicos da época. Lisboa,

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

2009. 140 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares) – Universidade Aberta. p. 65.

XXXXX Segundo Martins (2004), Pouillet caracterizou o onanismo entre as mulheres como um ato contra a natureza, feito com o auxílio de um órgão vivo, de um instrumento qualquer ou de movimentos especiais, parciais ou generalizados, com o objetivo de provocar o espasmo venéreo, que pode ser solitário ou executado com outras

peessoas.

XXXXXI MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 114.

XXXXXII Um exemplo clássico, entre os romances que retratam as tragédias amorosas, é a obra *Romeo and Juliet* (Romeu e Julieta), escrita por William Shakespeare (Inglaterra, 1564-1616). Embora a obra tenha sido escrita no final do século XVI (1591-1595), foi amplamente divulgada entre os vitorianos, inclusive no teatro.

XXXXXIII GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A paixão terna. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 136.

XXXXXIV SILVESTRE, Paulo Armando da Cunha. **Vivências do feminino no final de oitocentos**: representação da mulher em alguns romances e periódicos da época. Lisboa, 2009. 140 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares) – Universidade Aberta. p. 62.

XXXXXV A Patrística foi, basicamente, a filosofia cristã dos primeiros sete séculos depois de Cristo, responsável pela criação e elucidação progressiva dos dogmas cristãos (liturgia, disciplina, costumes), dando origem à Tradição Católica. Mais informações em: SPINELLI, Miguel. **Helenização e recriação de sentidos**: a filosofia na época da expansão do cristianismo, séculos II, III, e IV. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

XXXXXVI Mais informações em: BARROS, José D'assunção. O amor cortês: suas origens e significados. **Revista Raído**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 195-216, jan./jun. 2011., BLOCH, R. Howard. **Misoginia Medieval**: e a invenção do amor romântico ocidental. Tradução de Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995; KORFMANN, Michael. O romantismo e a semântica do amor. **Revista Fragmentos**, Florianópolis, número 23, p. 083-101, jul-dez/ 2002.

XXXXXVII BLOCH, R. Howard. **Misoginia Medieval**: e a invenção do amor romântico ocidental. Tradução de Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 12.

XXXXXVIII BLOCH, R. Howard. **Misoginia Medieval**: e a invenção do amor romântico ocidental. Tradução de Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 13.

XXXXXIX Platão (428-348 a.C.) foi o grande fundador do dualismo alma-corpo. A ideia da alma como um elemento moral e emocional da existência humana nasceu com Sócrates (469-399 a.C.). No entanto, no mesmo sentido que Sócrates, Platão pretendeu

demonstrar que a alma era um elemento absolutamente liberto do corpo. Mais informações em: ARAÚJO JUNIOR, Anastácio Borges de. **Platão e Freud**: duas metáforas da alma humana. Recife, 1999. 120 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Pernambuco.

XXXXXX Mais informações em: AMES, José Luiz. **Filosofia política**: reflexões. Curitiba: Protexoto, 2012.

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

XXXXXXI Mais informações em: BARROS, José D'assunção. O amor cortês: suas origens e significados. **Revista Raído**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 195-216, jan./jun. 2011; BLOCH, R. Howard. **Misoginia Medieval**: e a invenção do amor romântico ocidental. Tradução de Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995; KORFMANN, Michael. O romantismo e a semântica do amor. **Revista Fragmentos**, Florianópolis, número 23, p. 083-101, jul-dez/ 2002.

XXXXXXII BLOCH, R. Howard. **Misoginia Medieval**: e a invenção do amor romântico ocidental. Tradução de Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 18.

XXXXXXIII BRUCKNER, Pascal; FINKIELKRAUT, Alain. **A nova desordem amorosa**. Tradução de D. J. de Saingalf. São Paulo: Editora brasiliense, 1981. p. 106.

Referências bibliográficas.

AMES, José Luiz. **Filosofia política**: reflexões. Curitiba: Prottexto, 2012.

ARAÚJO JUNIOR, Anastácio Borges de. **Platão e Freud**: duas metáforas da alma humana. Recife, 1999. 120 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Pernambuco.

BARBOSA, Renata Cerqueira. **Concepções da sexualidade romana na Inglaterra vitoriana**: a leitura sobre Ovídio. Assis, 2011. 181 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Campus de Assis).

BARROS, José D'assunção. O amor cortês: suas origens e significados. **Revista Raído**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 195-216, jan./jun. 2011.

BLOCH, R. Howard. **Misoginia Medieval**: e a invenção do amor romântico ocidental. Tradução de Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C, Varriale et ai.; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRUCKNER, Pascal; FINKIELKRAUT, Alain. **A nova desordem amorosa**. Tradução de D. J. de Saingalf. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

CAVACO, Cristina Frois de Figueiredo Baptista. **Mulheres na sombra**: Great victorian women behind great victorian men. Lisboa, 2010. 285 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Lisboa.

CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e civilização. Volume I. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREUD, Sigmund. Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In: _____. **Freud**. Livro 31. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A educação dos sentidos. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

**A TENTATIVA DE CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES NA MODERNIDADE
INGLESA: AS RELAÇÕES ENTRE O ROMANTISMO E O FALACIOSO DIAGNÓSTICO DA
HISTERIA FEMININA**

FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER

- GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. A paixão terna. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- KORFMANN, Michael. O romantismo e a semântica do amor. **Revista Fragmentos**, Florianópolis, número 23, p. 083-101, jul-dez/ 2002.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SILVESTRE, Paulo Armando da Cunha. **Vivências do feminino no final de oitocentos**: representação da mulher em alguns romances e periódicos da época. Lisboa, 2009. 140 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares) – Universidade Aberta.
- SPINELLI, Miguel. **Helenização e recriação de sentidos**: a filosofia na época da expansão do cristianismo, séculos II, III, e IV. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- TUCKMANTEL, Maisa Maganha. **Educação sexual**: mas qual? Campinas, 2009. 393 p. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas.
- WEISSHEIMER, Felipe Salvador. **Richard Francis Burton e a inserção dos *Kamasutras* como um manual sexual entre os vitorianos (Inglaterra, 1883)**, Marechal Cândido Rondon, 2014. 129 p. Dissertação (Mestrado em História) – Unioeste.